

## 36º CONGRESSO ESTADUAL DOS PETROLEIROS ACONTECE EM ABRIL



A categoria petroleira de Minas Gerais irá se reunir no dia 7 de abril, para dar início ao 36º Congresso Estadual, promovido pelo Sindipetro/MG. Sob o mote de “Na luta por direitos, contra as privatizações: Bolsonaro Nunca Mais!”, o evento será realizado nos dias 7 e 9 de abril e contará com convidados especiais para debater a conjuntura nacional e as privatizações. As inscrições podem ser feitas pelo link: <https://forms.gle/HC3KtoXtVoQDpRWs7>

O congresso estadual dos petroleiros é um espaço consolidado para o debate da categoria e a construção das lutas que serão realizadas no decorrer de 2022. Em ano de negociação do acordo coletivo de trabalho, a presença e empenho da categoria se tornam ainda mais importantes, pois é na unidade trabalhadora que são construídas as pautas de reivindicações.

“O Congresso dos Petroleiros é o momento para organizarmos as nossas pautas e as nossas lutas. Por isso, a presença da categoria é essencial para a construção coletiva das nossas reivindicações à empresa” afirma Ale-

xandre Finamori, coordenador geral do Sindipetro/MG.

A abertura do 36º Congresso dos Petroleiros de Minas Gerais acontecerá presencialmente no dia 7 de abril, às 18h30 na sede do Sindipetro/MG - Av. Barbacena, nº 242, Barro Preto, em Belo Horizonte/MG. Neste dia, o Sindipetro/MG irá realizar uma transmissão ao vivo do evento pelo YouTube e Facebook do sindicato.

O segundo dia do evento será no sábado, 9 de abril, e somente de forma presencial.

O dia do evento será aberto às 8h30, com o café da manhã. Ainda na parte da manhã serão debatidas a AMS e Petros, assim como as pautas de reivindicação para o ACT. (Veja a programação completa)

**Na luta por direitos, contra as privatizações: Bolsonaro Nunca Mais!**

A categoria petroleira é reconhecida por toda a sociedade mineira como trabalhadores e trabalhadoras que lutam, de forma conjunta, em defesa das estatais e do povo

brasileiro. Assim, o congresso estadual dos petroleiros é um momento de vital importância para que o debate seja realizado e que, nos próximos meses, as nossas forças sejam aplicadas visando os mesmos objetivos coletivos.

O governo Bolsonaro vem, constantemente, atacando os nossos direitos e promovendo uma privatização faticada da Petrobrás. Esse é o momento de nossa unidade e luta. Juntos derrotaremos Bolsonaro e sairemos mais fortes!

### PROGRAMAÇÃO

#### 7 de Abril | Quinta-Feira (Híbrido)

*Cerimônia de Abertura com transmissão Ao Vivo*

**18:30** - Abertura Política (Saudações políticas)

**19:30** - Análise de Conjuntura: Privatizações

#### 9 de abril | Sábado (Presencial)

**08:30** - Café da Manhã

**09:00** - Aprovação do Regimento

**09:30 às 12:00** - Mesa de Debate 1: Direitos (ACT, AMS e Petros) - Apresentação - DIEESE

**12:00 às 13:30** - Almoço

**13:30 às 15:00** - Mesa de Debate 2: Privatizações e Condições de Trabalho

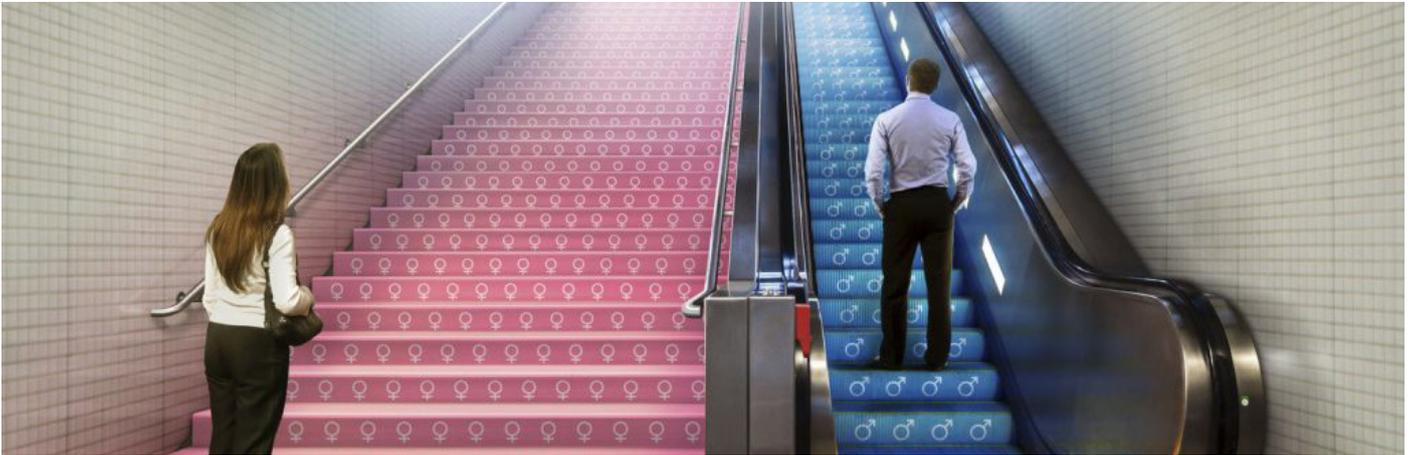
**15:00 às 15:15** - Lanche

**15:15 às 17:30** - **Plenária Final** - Aprovação de propostas e encaminhamentos - Aprovação de

Teses e Moções - Eleição de Delegados para PlenaFUP

**17:30** - Confraternização (Churrasco)

# CARREIRAS ESTAGNADAS: PETROLEIRAS SENTEM-SE PUNIDAS POR SEREM MÃES



Numa sociedade patriarcal, conciliar maternidade e trabalho é um desafio para as mulheres. Para as petroleiras, a condição de trabalhadora e mãe pode representar, ainda, menor remuneração e estagnação na carreira.

Dados levantados pelo Dieese (subseção FUP) retratam a desigualdade de gênero na Petrobrás. Mulheres, em todas as funções exercidas recebem menos do que os homens. Nos cargos de nível médio elas ganham, em média, 76% de uma remuneração masculina, exercendo a mesma atividade.

“As disparidades se devem justamente à maior dificuldade de progressão de carreira para as mulheres por conta de um machismo que é institucionalizado. A nossa categoria é majoritariamente masculina e, portanto, o machismo, historicamente, se faz presente de uma maneira mais contundente”, lamenta a coordenadora do Coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP, Andressa Delbons.

Petroleiras relatam que a

remuneração fica congelada pela dificuldade em ganhar promoção, bônus do Programa de Prêmio por Performance (PPP) e outros. Há também um longo caminho até os cargos de liderança. Essa situação se agrava entre as trabalhadoras que são mães, principalmente as que retornam da licença-maternidade, conforme relatos de trabalhadoras nessa reportagem que não foram identificadas para evitar represálias.

## “Punição velada”

“Há uma punição velada. A desigualdade existe, mas tudo é muito sutil”, afirma a petroleira Maria (nome fictício). Segundo ela, há poucas mulheres em cargos de liderança, mesmo quando há candidatas muito capazes para o cargo. “Presenciei uma situação em que cogitaram indicar para a chefia uma mulher com uma excelente capacidade técnica, muito tempo de trabalho na empresa e com interesse em assumir, mas ela foi desestimulada a competir para receber o cargo”, completa.

Outra trabalhadora, que é técnica de operação da Pe-

trobrás, também relata se sentir discriminada por ser mãe. “Por estar em casa, em função da pandemia e da licença-maternidade, eu fui mal avaliada. Também usei o benefício do horário de amamentação e, além de não ter transporte fornecido pela empresa, isso afetou o cumprimento dos critérios do plano e recebi menos do PPP. Eu estava cumprindo a lei e as regras da empresa, não poderia ser penalizada por isso. Para mim foi como uma sanção velada”, afirma.

A petroleira foi informada pelo supervisor de que ele não teria como avaliá-la, conforme a ferramenta de desempenho do PPP, por causa do período de licença. “Eles não têm nem pudor de falar isso. Tentei formalizar uma denúncia de forma anônima na ouvidoria da empresa, mas exigiram que falasse nomes e desisti”, conta.

Em 2019, a FUP denunciou a discriminação em licenças maternidade e paternidade no sistema Petrobrás, quando apareceu de forma explícita no cálculo do Programa de Remu-

neração Variável do Empregado (PRVE). O programa, que foi lançado pela Petrobrás à revelia da Federação e dos sindicatos, traz em seu conceito uma série de distorções, em relação à Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A empresa reconheceu o erro e voltou atrás. É notório que que regras e metas atreladas a avaliações subjetivas de gerentes criam distorções.

Para Andressa, as pautas das mulheres beneficiam não só as mulheres, mas todos os trabalhadores. “No governo Dilma, conseguimos a extensão da licença paternidade, por exemplo. É de interesse geral que as mulheres consigam ter progressão e mobilidade em suas carreiras. Para isso, é fundamental que as trabalhadoras se aproximem dos sindicatos para que possamos tratar essas demandas e avançar na busca e na garantia dos nossos direitos”, diz.

O Sindipetro/MG convoca todas as petroleiras para participarem do 36º Congresso, onde serão discutidas pautas da categoria.